

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO MESQUITA FILHO”

ALINE CRISTINA CAMARGO
BRUNARA PEREIRA ASCÊNCIO

Desenvolvimento
Humano:
a realidade além dos números

Bauru – SP
2012

ALINE CRISTINA CAMARGO
BRUNARA PEREIRA ASCÊNCIO

Desenvolvimento
Humano:
a realidade além dos números

Relatório Técnico do Projeto Experimental, modalidade livro-reportagem, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo, sob a orientação do professor Doutor Claudio Bertolli Filho.

Bauru – SP
2012

ALINE CRISTINA CAMARGO
BRUNARA PEREIRA ASCÊNCIO

Desenvolvimento Humano: a realidade além dos números

Este livro-reportagem foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, e foi avaliado pela banca examinadora integrada pelos professores abaixo nomeados.

Bauru, _____ de novembro de 2012.

Mayra Fernanda Ferreira

Antônio Francisco Magnoni

Claudio Bertolli Filho
Orientador

Agradecemos a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho de conclusão de curso. E mais especialmente àqueles que nos acompanharam nesses quatro anos de muito aprendizado, alegria e conquista. Muito obrigada!

RESUMO

O livro-reportagem “Desenvolvimento Humano: a realidade além dos números” trata questões relacionadas ao Índice de Desenvolvimento (IDH), do Brasil, num contexto geral, e da cidade de Bauru, em âmbito local. O IDH é um número que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. A classificação, se for alta, pode ser facilmente usada como meio de engrandecimento nacional, e caso seja baixa, pode ser utilizada para destacar as insuficiências nacionais. Entendendo o papel da mídia como um agente social capaz de promover debates de grande importância, este livro-reportagem tem o objetivo de discutir o conceito de desenvolvimento humano além dos números comumente divulgados, incitando debates sobre a questão do desenvolvimento humano: seja em relação à questão social, às políticas públicas ou à função da mídia no processo de contribuição para a formação da opinião pública. Como metodologia utilizou-se coleta de dados e levantamento bibliográfico, além das técnicas jornalísticas de entrevista, reportagem e perfil.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano; Políticas Públicas; Estado de Bem-Estar Social; Cobertura da mídia.

ABSTRACT

The book-report "Human Development: the reality beyond the numbers" addresses issues related to the Development Index (IDH), of Brazil, in a general context, and the city of Bauru, in the local context. The "IDH" is a number that serves as a comparison between countries, in order to measure the degree of economic development and the quality of life offered to the population. The classification, if high, can be readily used as a means of aggrandizement national and if low, can be used to highlight the weaknesses national. Understanding the role of media as an agent capable of promoting social debates of great importance, this book-report aims to discuss the concept of human development beyond the numbers commonly reported, prompting debates on the issue of human development: whether in relation to social issues, public policy or the role of the media in the process of contributing to the formation of public opinion. The methodology used was the data collection and the research literature, besides journalistic techniques, such as interview, report and profile.

Keywords: Human Development; Public Policy; Welfare State; Media Coverage.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. JUSTIFICATIVA	9
3. OBJETIVO	10
4. PÚBLICO-ALVO	11
5. METODOLOGIA	13
6. O TEMA	15
7. O LIVRO-REPORTAGEM	28
8. PROJETO DO LIVRO-REPORTAGEM	30
9. DIÁRIO DE CAMPO	31
10. IMPRESSÕES E EXPERIÊNCIAS	33
BIBLIOGRAFIA	34

1. INTRODUÇÃO

O IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - é um índice que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais. No cálculo do IDH são computados os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos e anos esperados de escolaridade), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita.

O índice vai de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (alto grau de desenvolvimento humano). Quanto mais próximo de um, mais desenvolvido é o país. O número é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões. Porém, muitos especialistas criticam a estatística por “mascarar as desigualdades sociais”, principalmente quando o objeto de análise se trata de um país como o Brasil, seus estados ou cidades, que são marcados pelas grandes desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes ao ano 2011, o IDH do Brasil é 0,718. O rendimento anual dos brasileiros é de US\$ 10.162, a expectativa de vida é de 73,5 anos e a escolaridade é de 7,2 anos de estudo. Estatisticamente o Brasil aparece entre os países considerados de "Desenvolvimento Humano Elevado", a segunda melhor categoria do ranking.

Porém, quando se considera outros índices como o IDHAD, (Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade), a realidade muda. O IDH do Brasil, que é de 0,718 (2011), cai para 0,591 (2011), quando levado em conta as desigualdades, uma perda de 27,7% devido à desigualdade na distribuição dos índices de dimensão. O IDHAD, que vem complementar a leitura feita pelo IDH, mostra que o cidadão brasileiro médio teria quase 30% de risco de não conseguir alcançar o desenvolvimento humano potencial que o país tem para lhe oferecer, em função dos obstáculos que as desigualdades podem lhe impor.

Com o objetivo de analisar o desenvolvimento humano no Brasil além dos números do IDH divulgados frequentemente pela mídia tradicional, este livro-reportagem foi dividido em três partes: a primeira aborda os números e conceitos, ligados não só ao desenvolvimento humano, mas também à renda, saúde, educação e políticas públicas, a fim de conceituar e levantar os números que facilitam o entendimento da questão. A segunda parte do livro aborda a opinião de especialistas sobre os temas tratados na parte I. Na terceira parte nove perfis pretendem exemplificar os dados (levantados na parte I) e revelar a realidade comentada pelos especialistas (na parte II).

2. JUSTIFICATIVA

Segundo Adelmo Genro Filho, no livro *O Segredo da Pirâmide*, a prática do jornalismo na atualidade, embora insinue potencialidades e alternativas, baseia-se num conjunto de impressões empíricas. Os profissionais, de um modo geral, não aprofundam uma reflexão sobre a prática jornalística: "eles colocam seu talento, honestidade e ingenuidade a serviço do capital, com a mesma naturalidade com que compram cigarros no bar da esquina". (Genro Filho, 1987, p.21)

Os números, índices e dados acerca do desenvolvimento humano são disponibilizados a qualquer cidadão em livros, relatórios e plataformas digitais, como portais oficiais do governo, de ONGs e organizações, porém, sempre de forma estatística, e não analítica. É necessário que se faça uma interpretação desses dados, e principalmente, a humanização dos mesmos.

Verificar os dados com uma visão mais local (cidade de Bauru) tem o objetivo de basear na teoria de Genro Filho, em que o singular deve ser considerado no particular (vida dos personagens) e no universal (dados nacionais divulgados pelos órgãos oficiais do governo). O autor defende que a lógica do jornalismo é uma relação entre sua forma (constituída pela categoria do "singular", ou seja, os fatos); e seu conteúdo (significados e relações destes fatos com as situações), assim: "Qualquer fenômeno singular não existe isoladamente, sem um conteúdo de particularidade e universalidade que precisa ser exposto, para que possa ser compreendido e ampliado seu significado aparente". (Genro Filho, 1989, p. 112).

As principais tarefas atribuídas ao jornalista estão relacionadas às suas mais tradicionais funções: seleção e hierarquização de acontecimentos que tenham valor como notícia. A escolha dos acontecimentos a serem abordados no jornal (construção da agenda) é dos assuntos mais debatidos entre os agentes interessados na cobertura noticiosa. Por isso, também é um dos mais estudados. A necessidade de se fazerem escolhas torna o jornalismo permeável a críticas. Mas valorizar, hierarquizar e selecionar são atividades inerentes ao jornalismo. Entre os critérios de noticiabilidade pode-se citar: proximidade; imprevisibilidade; negatividade; oportunidade, atualidade, consequências e repercussões, o interesse, dramatização, crise e proeminência das pessoas envolvidas.

Alguns temas não são tratados pela mídia tradicional, seja pelo perfil editorial dos veículos, pelos critérios de noticiabilidade ou pela dificuldade da cobertura em um contexto de rotina de

produção industrial em que trabalham as grandes redações. E quando são abordadas, as temáticas sociais são frequentemente tratadas de maneira superficial e descontinuada.

De acordo com Lima (2004, p.1), o livro-reportagem “é um veículo de comunicação jornalística que desempenha um papel específico, de prestar informação ampliada sobre fatos, situações e ideias de relevância social, abarcando uma variedade temática expressiva”. Dessa maneira viu-se a partir deste veículo jornalístico, a oportunidade de incitar uma discussão mais aprofundada sobre o tema. Assim, acredita-se que no livro pode-se ultrapassar a fronteira da divulgação dos dados, e discutir, com maior profundidade, a relevância desses números, sua veracidade, e as questões mais amplas que os envolvem, como as desigualdades.

3. OBJETIVO

Objetivo Geral

Fomentar análises e discussões relacionadas às grandes desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, que não são comumente divulgadas pela mídia tradicional, bem como o conceito de desenvolvimento humano.

Objetivos Específicos

- a) Analisar a capacidade do IDH e de outros índices em representar a realidade vivida pelos cidadãos;
- b) Discutir questões relativas às causas e consequências da ampla desigualdade social, econômica, política e cultural que população brasileira e no nível local, da cidade Bauru vivem;
- c) Avaliar de que maneira problemas relacionados à educação, saúde e renda atingem a população das classes baixa, média e alta;
- d) Apresentar uma evolução histórica do Brasil, no que se refere ao crescimento econômico e desenvolvimento humano;
- e) Discutir as políticas públicas, principalmente as de transferência de renda, seus pontos positivos e negativos;
- f) Pontuar artigos da Constituição brasileira que prevêm o acesso à saúde e educação;

- g) Verificar de que maneira a mídia realiza a cobertura das temáticas ligadas ao desenvolvimento social e humano e às desigualdades;
- h) Retratar personagens que humanizem os dados revelados pelo IDH.

4. PÚBLICO ALVO

O público alvo do livro *Desenvolvimento Humano: a realidade além dos números* é formado cidadãos que se interessam por assuntos relativos ao Desenvolvimento Humano e buscam questionar a realidade em que vivem.

Procuramos escrever o texto de uma maneira bem clara e simples, para ser um livro acessível e de fácil compreensão para pessoas de todas as idades e/ou classes sociais. A divisão do livro em três partes também busca orientar o leitor, facilitar e embasar a leitura, para que se sinta preparado, ou ao menos incitado, a debater as questões abordadas aqui.

5. METODOLOGIA

Método de Procedimento

Utilizamos o método Histórico, que busca analisar os fatos e problemas a partir da pesquisa e conhecimento de suas raízes, de sua natureza. O método Comparativo foi usado para que pudéssemos analisar de que maneira o problema proposto manifesta -se em diferentes classes sociais. O método monográfico também foi utilizado, a fim de estudar indivíduos e situações que pudessem exemplificar os dados, números e opiniões coletados e apresentados.

Coleta de Dados

A coleta de dados foi feita a partir de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de dados em sítios oficiais do governo, além de entrevistas com especialistas e personagens.

Técnicas de Pesquisa

Utilizamos as técnicas documentação direta e indireta. Para a documentação indireta, realizamos pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, já para a direta fizemos entrevistas

planejadas e também a observação direta extensiva, a partir do relato da história de vida dos personagens, em que dados relativos à experiência íntima do entrevistado tiveram como objetivo colaborar para a humanização dos fatos e dados.

Gênero jornalístico: Entrevista

Para Meihy (2000, p. 11): “As histórias pessoais ganham alcance social na medida da inscrição de cada pessoa nos grupos mais amplo que as explicam”. Assim, as histórias isoladas ganham maior significado na medida de sua participação no conjunto comunitário ou temático.

A história particular de um personagem ganha importância a partir do momento em que o conjunto dessas histórias “além de propor discussão sobre as motivações individuais, serve para que, se equiparadas, elas forneçam elementos capazes de iluminar o conjunto das individualidades que se sustentam sob alguns traços comum”, afirma Meihy (2005, p. 19).

De acordo com Medina (2008, p. 6), “a entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação”.

Assim, ela constitui um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano. Para além da troca de experiências, informações, juízos de valor, em que ambos os partícipes do jogo da entrevista interagem, “se modificam, se revelam, crescem no conhecimento do mundo e deles próprios”, saliente Medina (2008, p. 8).

Com os personagens, realizamos a entrevista intensiva - não diretiva, que dá a palavra ao homem interrogado, no lugar de fechá-lo em questões pré-estabelecidas. É a implicação democrática da não diretividade, em seguida ela pode ajudar a viver, provocando um desbloqueio, uma liberação, enfim, ela pode contribuir para uma auto elucidação, uma tomada de consciência do indivíduo, como acredita Medina (2008).

Na terceira parte do livro, pretendemos fazer o “perfil humanizado”, que “ao contrário da espetacularização, a entrevista com finalidade de traçar um perfil humano não provoca gratuitamente (...) esta é uma entrevista aberta que mergulha no outro para compreender seus conceitos, valores, comportamentos, histórico de vida.” (MEDINA, 2008, p. 18).

Já com os especialistas, foi feita a “entrevista conceitual”, em que “o entrevistador busca bagagem informativa, põe sua curiosidade e espírito aberto a serviço de determinados conceitos que, reconhece, a fonte a ser entrevistada detém. O repórter, no sentido mais amplo de sua função de intermediador na sociedade não é um especialista. (...) está acima de tudo interessado em conceitos, não em comportamentos”, define Medina (2008, p. 17).

A opção por dar voz também aos personagens, ao cidadão comum, surgiu como maneira de evitar a unilateralidade da informação: “A entrevista jornalística, em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito apenas a fontes oficiais, vale dizer, fontes do Poder, seja ele político, econômico, científico ou cultural”, salienta Medina (2008, p. 18), que completa: “Enfatiza-se, com isso, a unilateralidade da informação: só os poderosos falam através das entrevistas. Mas o que não se pode negar é que existe na entrevista a possibilidade de um diálogo democrático, do plurólogo”.

De acordo com Lage (2003, p. 23), “o repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante. (...) ele deve interagir com outros agentes, desenvolvendo, para isso, competências comunicativas, ser reativo, isto é, perceber o meio em que atua”.

Cientes dessa responsabilidade, buscamos enfrentar os desafios da reportagem colocando em prática o que vimos e aprendemos durante o curso de Jornalismo. Sabendo que, como diz Lage (2003, p. 134) “complicada ou não, a pesquisa é a base do melhor jornalismo”, essa foi a primeira etapa da nossa reportagem, em que a partir de livros, dados e material jornalístico já divulgado sobre o assunto, focamos nossos objetivos. Depois, a partir de fontes oficiais e especialistas buscamos contextualizar e oferecer ao leitor uma leitura crítica sobre os pontos abordados. Na última etapa, o desafio não foi encontrar boas histórias, mas sim a maneira correta de contá-las. Para Lage (2003, p. 83), baseados na tradição do jornalismo impresso, “a emoção é, em regra, suprimida ou mostrada de maneira muito sutil. No entanto, tais momentos podem ser os mais significativos e importantes”.

Quanto aos objetivos, realizamos a entrevista em profundidade, em que, segundo Lage (2003, p. 75), “o objetivo não é um tema particular ou um acontecimento específico, mas a figura do entrevistado, a representação do mundo que ele constrói”. Já de acordo com as circunstâncias de realização, nossa entrevista foi dialogal, em que “entrevistador e entrevistado constroem o tom de

sua conversa, que evolui a partir de questões propostas pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos: permite-se o aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados”, explica Lage (2003, p. 77).

Gênero Jornalístico: Perfil

De acordo com Edvaldo Pereira Lima em entrevista a Sergio Villas Boas: O jornalismo convencional (rígido, cartesiano, funcionalista) apresenta o indivíduo abstratamente:

“Apresenta-o através de coisas, números, dados sociais, achando que essas características externas, objetivas, constituem uma pessoa. Mas o protagonista só o é porque tem alguma coisa a dizer de dentro, não de fora. Em geral, o jornalista ilustra o fato com a historinha de alguém. No entanto, o que se quer na boa reportagem é encontrar o protagonista que vai irradiar o contexto sociocultural, as raízes históricas de um fato. O repórter encontra o protagonista de uma matéria por meio de sua própria impregnação na experiência humana”, (BOAS, 2003, p. 18).

Com o objetivo de humanizar e exemplificar os dados coletados, optamos pelo uso de perfis jornalísticos-literários. De acordo com Muniz Sodré, citado por Boas (2003, p. 17), há algumas definições para este gênero jornalístico: “O perfil é o texto que enfoca o protagonista de uma história. Essa modalidade dá atenção total ou parcial às narrativas sobre as vidas de indivíduos ou de grupos sociais, visando humanizar um tema, um fato ou uma situação contemporânea”.

Para Medina (2008, p. 43) há nos perfis “fôlegos de renovação, logros respeitáveis. (...) A partir dos anos 50 começam a valorizar a humanização das chamadas fontes de informação”. Com o objetivo de escapar às características industriais do jornalismo convencional, buscamos o uso do perfil como subgênero jornalístico que possibilita grande número de opções de estilo.

O jornalismo literário foge das fórmulas rígidas de estruturação do jornalismo convencional. Suas referências narrativas, procedimento e técnica, vêm da literatura. Para Boas (2003, p. 14): “existem tantos modos de reportar quanto repórteres trabalhando em uma redação, por mais que nos digam que não, que tudo leva a uma única opção. Impossível que as experiências de um repórter não se confundam com a temática que estiver trabalhando. A pretensão à objetividade é uma fixação difícil de erradicar no cotidiano do jornalismo convencional”.

O fato de os perfis não serem comumente abordados pelo jornalismo convencional se deve a uma série de fatores, desde a rotina de produção e o pouco tempo até a falta de espaço (no caso da mídia impressa) ou tempo (no caso do rádio e da televisão). A rotinização e o tecnicismo do Jornalismo tradicional até mesmo ignoram os personagens comuns, como acredita Boas (2003, p.24): “personagens famosos despertam interesse de qualquer veículo de comunicação, idem aqueles não muito conhecidos, mas que estão em evidência por algum motivo; já um personagem desconhecido, por mais iluminador, simplesmente não existe para o jornalismo convencional”.

Em nosso livro-reportagem, buscamos as características de um bom perfil citadas também por Boas (2003, p. 24), como a “imersão total do repórter no processo de captação; ênfase em detalhes, não em estatísticas ou dados enciclopédios, descrição do cotidiano, frases sensitivas, valorização dos detalhes físicos e das atitudes das pessoas, estímulo ao debate”.

Os perfis das nove pessoas descritas no livro, falam do que são, do que vivem e como vivem, e mais que isso, nosso intuito foi humanizar, mostrar quem está por trás dos índices, quem é ou não representado por índices que medem o desenvolvimento humano de pessoas invisíveis. Por isso a escolha de três pessoas que estariam abaixo do índice de desenvolvimento humano previsto para Bauru, outros três na média do índice, e outros três que vivem sob circunstâncias acima da considerada como média para a cidade.

6. O TEMA

Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um número que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. O relatório anual do IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU (Organização das Nações Unidas). A fim de garantir a comparabilidade entre países, o IDH se baseia principalmente em dados internacionais da Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU), do Instituto de Estatística da UNESCO e do Banco Mundial.

O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq com o objetivo de desviar o foco do desenvolvimento da economia e da renda nacional para políticas

centradas nas pessoas e em seu bem estar e é usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual.

Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. O índice também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões.

O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. De acordo com o PNUD, o objetivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Publicado pela primeira vez em 1990, o índice é calculado anualmente. Desde 2010, sua série histórica é recalculada devido ao movimento de entrada e saída de países e às adaptações metodológicas, o que possibilita uma análise de tendências. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

No cálculo do IDH são computados os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos e anos esperados de escolaridade), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita (renda).

De acordo com dados para 2011, o IDH do Brasil é 0,718, ocupando a 84 posição entre 187 países analisados. O rendimento anual dos brasileiros é de US\$ 10.162, a expectativa de vida é de 73,5 anos, a escolaridade é de 7,2 anos de estudo e a expectativa de vida escolar é de 13,8 anos. O Brasil aparece entre os países considerados de "Desenvolvimento Humano Elevado", a segunda melhor categoria do ranking, que tem 47 países com "Desenvolvimento Humano Muito Elevado".

A série histórica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o Brasil revela uma retrospectiva positiva a médio e a longo prazos. Entre 1980 e 2011, o valor do IDH subiu 31%, saltando de 0,549 para 0,718. Este desempenho foi puxado pelo aumento na expectativa de vida no país (11 anos no período), pela melhora na média de anos de escolaridade (4,6 anos a mais) e pelo crescimento também da renda nacional bruta (RNB) per capita (quase 40% entre 1980 e 2011).

Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil

	Expectativa de vida no nascimento	Expectativa de anos de escolaridade	Média de anos de escolaridade	RNB per capita (PPP\$ 2005)	Valor do IDH
1980	62,5	14,1	2,6	7.306	0,549
1985	64,4	14,1	3,2	6.732	0,575
1990	66,3	14,1	3,8	6.978	0,600
1995	68,3	14,1	4,6	7.610	0,634
2000	70,1	14,5	5,6	7.698	0,665
2005	71,6	14,2	6,6	8.260	0,692
2010	73,1	13,8	7,2	9.812	0,715
2011	73,5	13,8	7,2	10.162	0,718

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em uma análise de médio prazo, considerando a evolução de posições do ranking de 2006 a 2011, o Brasil está entre os 24 países com melhor desempenho, ou seja, aqueles que subiram três ou mais posições.

A taxa média de crescimento do IDH do Brasil foi de 0,87%, entre 1980 a 2011. Um desempenho superior ao da América Latina (0,73%) e ao dos países de alto desenvolvimento (0,61%). Avanço semelhante pode ser visto para o Brasil entre 1990 e 2011, quando a taxa média de crescimento do IDH foi de 0,86%, enquanto a da América Latina foi de 0,76% e a dos países de alto desenvolvimento, de 0,64%.

A taxa de crescimento para países de desenvolvimento humano muito elevado (como a Noruega, por exemplo) de 2000 a 2011 foi de 0,33%, ou seja, quanto mais desenvolvido o país se torna, menor é sua taxa de crescimento do IDH. Este fenômeno é também conhecido como concavidade de taxas de crescimento.

Entre 2006 e 2011, o Brasil subiu três posições no ranking do IDH, segundo o Pnud, apesar dos avanços, o índice do Brasil está abaixo da média da América Latina (0,731). O desempenho brasileiro está atrás do Chile (0,805), da Argentina (0,797), do Uruguai (0,783), de Cuba (0,776), do México (0,770), do Panamá (0,768), do Peru (0,725) e do Equador (0,720). Já em relação aos outros países que compõem o BRICS (grupo de mercados emergentes formado por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul), o IDH brasileiro é o segundo melhor, atrás apenas da Rússia.

Indicadores complementares de desenvolvimento humano

Além do IDH calculado para 187 países, o Relatório 2011 traz também três outros indicadores complementares introduzidos em 2010. São eles o IDH Ajustado à Desigualdade

(IDHAD) para 134 países, o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) para 146 países e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para 109 países.

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)

O Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) leva em consideração a desigualdade em todas as três dimensões do IDH subtraindo o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade. Com a introdução do IDHAD, o IDH tradicional pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano possível e o IDHAD como um índice do desenvolvimento humano real. A “perda” no desenvolvimento humano potencial devido à desigualdade é dada pela diferença entre o IDH e o IDHAD e pode ser expressa por um percentual.

O IDHAD do Brasil fica próximo ao de países como a República Dominicana e o Suriname. O impacto negativo da desigualdade no IDH do Brasil é de 27,7%, maior do que a média de perda global, de 23%, e do que a dos países da América Latina, de 26,1%.

Para calcular o IDH ajustado à desigualdade, o Pnud considera as mesmas dimensões utilizadas no IDH original. No caso brasileiro, o maior responsável pela perda por causa da desigualdade é o quesito renda.

O IDH do Brasil para 2011 é 0,718. No entanto, quando é descontada a desigualdade do valor, o índice cai para 0,519, uma perda de 27,7% devido à desigualdade na distribuição dos índices de dimensão. O IDHAD, que vem complementar a leitura feita pelo IDH, mostra que o cidadão brasileiro médio teria quase 30% de risco de não conseguir alcançar o desenvolvimento humano potencial que o país tem para lhe oferecer em função dos obstáculos que as desigualdades podem lhe impor.

Nesta área, o Brasil se insere em um contexto semelhante ao da América Latina, em que a desigualdade – em especial de renda – faz parte de um passivo histórico que ainda representa um grande obstáculo para o desenvolvimento humano. Mas o relatório elogia os esforços e avanços da região na tentativa de reduzir estes números, e faz menção às conquistas de Argentina, Brasil, Honduras, México e Peru. O Relatório atribui os avanços, em parte, à melhor cobertura na educação básica e aos programas de transferência de renda.

Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)

O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) reflete desigualdades com base no gênero em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. A saúde reprodutiva é medida pelas taxas de mortalidade materna e de fertilidade entre as adolescentes; a autonomia é medida pela

proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e a obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero; e a atividade econômica é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero.

O IDG substitui os anteriores Índice de Desenvolvimento relacionado ao Gênero e Índice de Autonomia de Gênero. Ele mostra a perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade entre as conquistas femininas e masculinas nas três dimensões do IDG.

O Brasil tem um valor de IDG de 0,449, que o coloca na posição 80 dentre 146 países no índice de 2011. No Brasil, 9,6% dos assentos parlamentares são ocupados por mulheres e 48,8% das mulheres adultas têm alcançado um nível de educação secundário ou superior, em comparação com 46,3% de suas contrapartes masculinas. Para cada 100.000 nascidos vivos, 58 mulheres morrem de causas relacionadas à gravidez; e a taxa de fertilidade entre as adolescentes é de 75,6 nascimentos por 1000 nascidos vivos. A participação feminina no mercado de trabalho é de 60,1%, em comparação com 81,9% para os homens.

No índice de desigualdade de gênero, o Brasil fica em patamar intermediário quando comparado com os BRICS. O índice brasileiro é de 0,449. Rússia tem 0,338; China, 0,209; África do Sul, 0,490% e Índia, 0,617.

Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

O IDH 2010 introduziu o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos domicílios. Os dados da pesquisa para a estimativa do IPM se referem a 2006. O IPM vai além da renda e avalia privações nas áreas de saúde, educação e padrão de vida para dimensionar se uma pessoa é pobre. O índice considera privações em dez indicadores: nutrição e mortalidade infantil (saúde); anos de escolaridade e crianças matriculadas (educação); gás de cozinha, sanitários, água, eletricidade, pavimento e bens domésticos (padrões de vida).

É considerado multidimensionalmente pobre o indivíduo privado de pelo menos um terço dos indicadores. No Brasil, segundo o Pnud, 2,7% da população estão nesse tipo de pobreza, são, aproximadamente, 5 milhões e setenta e cinco mil pessoas. Outros 7% da população correm o risco de entrar nessa condição, de acordo com o levantamento. O IPM do Brasil, que é a parcela da população multidimensionalmente pobre, ajustado pela intensidade das privações, é de 0,011.

O IPM é um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano e tem como objetivo acompanhar a pobreza que vai além da pobreza de renda, medida pelo percentual da população que vive abaixo de US\$1,25 por dia. O índice mostra que a pobreza de renda relata

apenas uma parte da história. No caso do Brasil, a contagem de pobreza multidimensional é 1,1 ponto percentual menor que a pobreza de renda. Isso implica que indivíduos que vivem abaixo da linha da pobreza de renda talvez tenham acesso a recursos de não renda.

Usado como método de compraração entre os países, regiões e cidades, o índice mede o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. A classificação, se for alta, pode ser facilmente usada como meio de engrandecimento nacional, e caso seja baixa, pode ser utilizada para destacar as insuficiências nacionais.

O IDH é constantemente criticado por especialistas por tratar-se de uma média que desconsidera conceitos importantes quando aborda-se o desenvolvimento humano: como o conceito de desigualdade social. Desta maneira, o tratamento superficial da questão dificultaria o estabelecimento de discussões mais aprofundadas em torno da problemática social.

Bauru

Bauru é um município brasileiro no interior do estado de São Paulo, localiza-se na região centro-oeste do estado de São Paulo, a 326 km da capital paulista. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população de Bauru em 2010 era de 344.039 habitantes, sendo o 18º mais populoso do estado, com densidade populacional de 510,83 habitantes por km². Também segundo o censo de 2010, 166.692 habitantes eram homens e 177.347 habitantes mulheres. 338.891 habitantes viviam na zona urbana e 5.148 na zona rural. Já segundo estatísticas divulgadas em 2011, a população municipal era de 346.076 habitantes.

Historicamente, a região ocupada por Bauru era território disputado entre dois grupos indígenas: os caingangues e os guaranis. No século XVIII, bandeirantes paulistas tentaram se estabelecer na região, que era ponto de travessia dos que se dirigiam a Mato Grosso e Goiás. Após 1850, na procura de novas terras para ocupação e colonização, pioneiros paulistas e mineiros começam a viver e explorar a região.

Foi neste período que Bauru começou a desenvolver-se demograficamente, com o início da Marcha para o Oeste, criada pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação da região Centro-Oeste do país. A política do governo Vargas tinha o objetivo de promover a ocupação dos vazios demográficos por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam

pressão no Centro-Sul do país, encaminhando-os para áreas que produziam matérias-primas e produtos alimentícios a baixo custo para subsidiar a implantação da industrialização no sudeste.

O município foi emancipado em 1º de agosto de 1896 e sobreviveu inicialmente do cultivo do café. Em 1906, foi escolhido como ponto de partida da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligou, por via férrea, Bauru a Corumbá, no Mato Grosso do Sul, junto à fronteira com a Bolívia. Durante a primeira metade do século XX, Bauru tornou-se o principal polo econômico da vasta região compreendida pelo Oeste Paulista, Norte do Paraná e Mato Grosso do Sul. A ausência de um forte setor industrial na cidade impediu que se constituísse um fluxo de migração interna, por sua vez, o extermínio dos grupos indígenas que ocupavam a região de Bauru, com destaque para os Kaingang, foi um dos episódios trágicos da incorporação regional ao território paulista. Tais aspectos acentuaram a importância da imigração estrangeira na composição étnica e demográfica atual de Bauru.

Dado o crescimento populacional da cidade àquela época, houve a necessidade de investimentos em infraestrutura, principalmente porque o setor industrial viria a se desenvolver no decorrer das décadas de 1940 e 50. O Decreto nº 5349, de 18 de outubro de 1904, oficializava a criação da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, estrada de ferro cujo traçado partia da cidade. Em julho do ano seguinte os trilhos chegaram a Bauru, em uma espécie de prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana.

No final da segunda metade do século XX o transporte ferroviário foi substituído pela construção de rodovias. Com a desvalorização do café, ainda no século XX, as indústrias ganharam força, chegaram à cidade e foram responsáveis pela migração e urbanização ocorridas na época.

Atualmente, as indústrias e o setor terciário (comércio e prestação de serviços) são parte da principal fonte de renda municipal. Os mais recentes dados divulgados pelo IBGE em relação ao PIB são de 2009, ano em que o índice foi de R\$ 6,795 bilhões, sendo o 68º maior do Brasil e o 21º maior do Estado de São Paulo. (O PIB representa a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos em uma região, em um período determinado. Trata-se de um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia para mensurar a atividade econômica, que inclui o desempenho de setores como agricultura, indústria, serviços e comércio).

Entre 2005 e 2009, o PIB da cidade cresceu 63,8%. Nesse período, Bauru passou de um PIB de R\$ 4,14 bilhões para R\$ 6,79 bilhões. O setor de serviços (comércio, alimentação, transporte, armazenagem, telemarketing, imobiliária, finanças, saúde e educação) é o maior responsável por esse montante, com R\$ 4,82 bilhões (ou aproximadamente 71%). Em seguida vem indústria, com R\$ 1,20 bilhão. O comércio é um dos setores mais satisfeitos com a fase da economia local. Segundo dados do IBGE, o PIB per capita de 2009 em Bauru era de R\$ 18.906,42 – média mensal de R\$ 1.575,53. O valor ficou acima da média nacional, R\$ 16.917,66.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Bauru é considerado elevado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O índice é de 0,825, sendo o 47º maior de todo o estado de São Paulo (em 645 municípios), o 46º de toda Região Sudeste do Brasil (em 1666) e o 176º de todo Brasil (entre 5507). A cidade possui a maioria dos indicadores elevados e acima com os da média nacional, também segundo o relatório do PNUD relativo aos dados de 2010.

Segundo o IBGE, em 2003, o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade social, era de 0,43, sendo que 1,00 é o pior número e 0,00 é o melhor. A taxa para o Brasil em 2010 era de 0,536. Em 2010, 85,6% da população bauruense vivia acima da linha da pobreza, 9,6% encontrava-se na linha da pobreza e 4,7% estava abaixo. Em 2000, a participação dos 20% da população mais rica da cidade no rendimento total municipal era de 62,8%, ou seja, 23 vezes superior a dos 20% mais pobres, que era de 2,7%, sendo que em 1991 a participação dos 20% mais pobres era de 3,9%, ou seja, do começo da década de 90 até o ano de 2000 houve crescimento da desigualdade social na cidade.

A cidade de Bauru tem hoje 23 áreas irregulares e 19 favelas. Todas as favelas estão em áreas irregulares, chamadas de assentamentos precários pela falta de infraestrutura básica, como asfalto, água, esgoto e energia elétrica. De acordo com dados do IBGE de 2010, havia 23 áreas irregulares em Bauru, localizadas nos seguintes bairros: Jardim Ivone, Barreirinho, Ferradura Mirim, Vila Aimorés, Santa Teresinha, Jardim Olímpico, Jardim Nicéia, Jardim Yolanda, Jardim Europa, Vila Zilo, Parque das Nações, Comendador/Santista, Jardim Vitória, Cutuba, Parque Real, Jardim Andorfato, Parque Jaraguá, São Manoel, Vila Santa Filomena, Jardim Gerson França, Jardim Marise, Jardim Maria Célia e Pousada da Esperança. Estima-se que 15 mil pessoas vivam nessas áreas.

Os primeiros núcleos de habitações irregulares começaram a se formar na década de 1980, quando muitas pessoas vinham de outras cidades à procura de melhores condições de vida e impulsionados pela boa localização e as indústrias então implantadas na cidade. A histórica falta de infraestrutura e planejamento, como uma política de habitação, por exemplo, fez com que a cidade crescesse de maneira descontrolada e com que muitas famílias se estabelecessem em áreas irregulares, sejam particulares ou públicas destinadas à criação de áreas verdes.

De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento, em 2012, existem 18 favelas (ou assentamentos precários, como são nomeadas essas áreas pela Secretaria) na cidade, todos ocupam áreas irregulares (Pousada da Esperança, Ferradura Mirim, Vila Aimorés, Santa Terezinha, Jardim Nicéia, Jardim Yolanda, Ilha de Capri, Jardim Europa, Parque das Nações, Vila Zillo, Vila Santista, Jardim Vitória, Cutuba, Jardim Marise, São Manoel, Gerson França, Santa Filomena e Jaraguá). Também de acordo com a Prefeitura, duas mil pessoas vivem nessas favelas.

O Plano Diretor Participativo de Bauru, (implantado em 2008 e previsto para ser seguido até 2013) prevê a regularização das áreas que não estejam situadas em locais de risco, sujeitas a inundações ou erosões, ou em áreas de preservação ambiental, sendo que estas devem ser realocadas. Desde então, 264 famílias foram realocadas, 143 delas do Jardim Ivone e 121 do Parque Real. De acordo com a Prefeitura, outras famílias também foram realocadas dos bairros: Vila Aimorés, Cutuba e Jardim Olímpico, mas não há estimativa de quantas famílias foram beneficiadas. Atualmente 11 bairros estão em processo de regularização, que pode durar de 5 a 10 anos: Jardim Vitória, Santa Teresinha, Jardim Niceia, Ferradura Mirim, Vila Zilo, Jardim Marise, Jardim Gerson França, Pousada da Esperança, Jaraguá, Distrito Tibiriçá e Jardim Central.

Renda

A renda média do bauruense é de R\$ 1.494,50. Levando em conta apenas o quesito “renda”, o município tem o índice de 0,810. Em 2010, 68.891 homens estavam empregados, com rendimento médio de 1.620 reais em Bauru. Enquanto que as 47.374 mulheres com carteira assinada recebiam, em média, 1.369 reais. Estavam empregados no setor agropecuário 1.045 pessoas, no comércio eram 27.234 pessoas, na construção civil eram 13.587 trabalhadores, na indústria 16.518 e no setor de serviços 57.681.

De acordo com a análise baseada no levantamento de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2012, Bauru alcançou um

índice de variação anual de 6,83% do aumento dos postos de emprego formal, acima da média anual nacional registrada em 5,09% e da estadual, que registrou variação de 4,19%.

Em 2011, Bauru registrou um número de 123.994 empregos formais contra 116.065 de 2010. O setor que mais cresceu foi o de Serviços com 58.105 em 2011, contra 52.130 vagas em 2010, seguido pelo de Comércio com 27.550 vagas em 2011 contra 27.234 em 2010.

Educação

Levando em conta apenas o quesito “educação”, Bauru tem o índice de 0,908, de acordo com dados de 2010. O município contava, em 2009, com aproximadamente 66.237 matrículas nas redes públicas e particulares. Em 2010, 10,5% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos naquele ano, era de 66,5%. O índice de alfabetização da população com 15 ou mais anos de idade era de 99,2%.

A Secretaria Municipal de Educação tem como objetivo coordenar e assessorar administrativa e pedagogicamente o sistema escolar de Bauru. São exemplos de programas coordenados pela Secretaria com foco voltado à população a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é a rede de ensino gratuita e voltada para adultos que não concluíram o ensino fundamental, e a rede de Educação Especial, onde alunos que têm deficiência física são conduzidos por professores especializados. A cidade possui também escolas técnicas e profissionalizantes, como: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Colégio Técnico Industrial e Escola Técnica Estadual Rodrigues de Abreu (ETEC), três universidades públicas, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual Paulista (UNESP), que possui no município seu maior campus, a Faculdade de Tecnologia de Bauru (FATEC) e outras 12 instituições particulares de ensino superior, totalizando, aproximadamente, 26 mil matriculados no ensino superior.

De acordo com a Secretaria Municipal da Educação para 2012, existem 61 escolas públicas de educação infantil, com 9.042 matriculados. A cidade não possui nenhuma creche própria e mantém convênio com 28, onde estudam 3.110 crianças. Há 1.575 crianças na fila à espera de uma vaga na creche.

De acordo com a Secretaria Municipal da Educação, em 2012, há 8.992 alunos matriculados na rede fundamental de ensino em 16 unidades escolares. Em 2011, 400 alunos foram reprovados e 43 saíram da escola. Segundo dados de 2012, 1.300 alunos estudam em 57 salas de educação de

jovens e adultos (EJA). Já no ensino médio são 10.211 matriculados. A taxa de evasão para 2011 foi de 5,83% e a taxa de retenção (repetência) foi de 7,85%.

Em 2011, a rede pública de ensino de Bauru não alcançou a meta de qualidade estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Nos primeiros anos do fundamental (1º ao 5º ano) Bauru recebeu 5,6 pontos, quase atingindo a nota projetada, que era de 5,7. Já nos anos finais do ensino fundamental, (6º ao 9º) ano, o resultado foi de 4,4 pontos, índice inferior aos 4,7 esperados pelo MEC e abaixo do desempenho obtido pela cidade no último Ideb, em 2009, quando recebeu nota 4,7.

Para o cálculo, o Ideb leva em conta dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho na Prova Brasil. O estudo é feito a cada dois anos e já conta com quatro edições (2005, 2007, 2009 e 2011). As metas são calculadas separadamente para cada município, de acordo com a relação entre o resultado obtido na primeira edição e a projeção feita pelo MEC até 2021. A meta não foi atingida por 22,2% dos municípios brasileiros.

Saúde

Levando em conta apenas o quesito “saúde”, o município tem o número de 0,758 e a expectativa de vida na cidade é de 70,46 anos. De acordo com os dados do SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) de 2009, as finanças públicas municipais destinadas à saúde eram de 99.803.010 reais, sendo 254,98 reais per capita. Os índices de 2009 indicam que tinham 2,39 médicos registrados para cada mil habitantes.

Segundo dados de 2012, Bauru tem 17 unidades básicas de saúde. Ao todo são 546 leitos disponíveis para o SUS, sendo 247 no Hospital Estadual, 193 no Hospital de Base, 55 no Hospital Manoel de Abreu e 51 na Maternidade Santa Isabel. Levando em conta as diretrizes que determinam que municípios do porte de Bauru deve contar com entre 2,5 e 3 leitos para cada mil habitantes, a cidade precisaria ter entre 606 e 728 leitos hospitalares. Além do número menor que o necessário, a cidade ainda atende mais de 20 municípios da região.

Também de acordo com dados de 2012 divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde, o número de pacientes que esperam por mais de 24 horas por um leito para internação nos hospitais da cidade cresceu 50% entre 2010 e 2011 (1.494 para 2.304 pacientes).

A Secretaria Municipal de Saúde de Bauru é o órgão ligado de forma direta à Prefeitura do Município de Bauru e tem por função a manutenção e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como a criação de políticas, programas e projetos que visem à promoção da saúde municipal. Para emergências a cidade conta com três Unidades de Pronto Atendimento (UPA), nos bairros Bela Vista, Mary Dota e Popular Ipiranga, além do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), do Pronto Socorro Central e do serviço de Pronto Atendimento Infantil. Bauru também tem apoio do programa do governo federal Saúde da Família, são sete equipes na cidade.

Dentre os serviços de apoio são alguns: o Ambulatório Municipal de Saúde Mental, o Banco de Leite Humano, os Centros de Atenção Psicossocial, o Centro de Controle de Zoonoses e o Programa Municipal de Atendimento ao Idoso, além das dezesseis Unidades Básicas de Saúde (UBS).

As internações na cidade são gerenciadas por uma central de vagas estadual, o que atrasa os procedimentos e causa discussões sobre o futuro da saúde no município. De julho a setembro de 2012, seis pessoas morreram no Pronto Socorro da cidade à espera de um leito para internação. Atualmente 14 mil pessoas estão na fila esperando os mais variados tipos de exame. A cada dia chegam, em média, 20 pessoas ao Pronto Socorro à espera de internação. Outros temas também são importantes quando falamos de saúde e expectativa de vida, como, por exemplo, a infraestrutura e o bem-estar da população. Muito se discute sobre a possibilidade de municipalização do serviço de saúde na cidade.

De acordo com dados divulgados pela Prefeitura, em 2012, 98,42% dos domicílios eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água; 86% das moradias possuíam coleta de lixo e 97,03% das residências possuíam esgotamento sanitário e 10% das casas recebiam tratamento de esgoto.

O sistema de água da cidade é organizado pela autarquia DAE, o Departamento de Água e Esgoto de Bauru. No começo de 2012, havia 29 poços profundos (mananciais subterrâneos), além da estação de captação do Rio Batalha, a qual abastece a 40% da população total. Há também duas estações de tratamento de esgoto (ETEs): a ETE Tibiriçá e a ETE Candeia. O DAE sofre constantes críticas pela frequente falta de água em diferentes bairros da cidade. De toda a água do município, 30% são perdidos em razão dos vazamentos e das tubulações antigas.

A cidade tem, em média, 2.500 quadras que nunca receberam asfalto e outras 800 que precisam de recape. O problema se arrasta há anos e é causa de discussões, já que historicamente os

lotes eram construídos na cidade, motivados pela especulação imobiliária, sem que fosse necessário nenhum cuidado, como pavimentação ou rede elétrica, o que era responsabilidade da administração municipal.

7. O LIVRO REPORTAGEM

O trabalho apresenta-se na forma de livro-reportagem. Esta modalidade jornalística de acordo com Lima (2004, p.1), “é um veículo de comunicação jornalística que desempenha um papel específico, de prestar informação ampliada sobre fatos, situações e ideias de relevância social, abarcando uma variedade temática expressiva”. O livro-reportagem é o veículo de comunicação impresso não periódico, que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalísticos periódicos, explica Lima (2004).

Lima salienta que o aprofundamento extensivo/horizontal amplia quantitativamente a taxa de conhecimento do leitor sobre o tema, por meio de dados, números, informações e detalhes relacionados, “já o aprofundamento intensivo/vertical amplia qualitativamente essa taxa, apontando causas, consequências, efeitos, desdobramentos, repercussões e implicações do assunto reportado”. (2004, p. 55).

Porém, os procedimentos jornalísticos que dão origem a um livro-reportagem são os mesmos de qualquer produção em jornalismo, como: pauta, captação, redação e edição. Entretanto, cada um deles apresenta feições próprias, que juntos formam um produto diferente dos apresentados pelas mídias tradicionais.

A pauta fica livre das marcas típicas da imprensa convencional, como periodicidade, atualidade e linha editorial, além de se desenvolver livremente no que diz respeito à angulação, abordagem, tema tratado, fontes ouvidas e temporalidade. A captação das informações é a mesma, faz-se o uso de instrumentos consagrados no cotidiano jornalístico, como pesquisa, documentação e entrevista. Porém, a entrevista se dá através de um diálogo mais interativo e esclarecedor do personagem que fala, como uma conversa natural entre pessoas que se manifestam espontaneamente.

Quanto à redação, o livro-reportagem costuma absorver o estilo do autor, que escolhe sua forma de narrar os fatos, encadear as informações, fazendo o necessário para o produto acabado mostrar eficiência nas tarefas de informar e orientar com profundidade, objetivos seguidos à risca na edição do produto final.

A ordem hierárquica, na teoria geral dos sistemas, mostra que a realidade é formada por camadas superpostas que mantêm relações entre si. A função do livro-reportagem é selecionar para a abordagem, tantas camadas quantas forem necessárias, para ajudar o leitor a perceber o alcance do tema tratado.

Segundo Sodré (1986, p.11) o livro-reportagem deve sua existência à reportagem: “Reportagem é uma extensão da notícia e, por excelência, a forma-narrativa do veículo impresso”. O autor completa que: “Se a notícia é o relato de um fato de interesse jornalístico, a reportagem é a narrativa que aborda as origens, implicações e desdobramentos do fato, bem como apresenta os personagens envolvidos nele, humanizados”.

Lage (2003) aponta que toda reportagem pressupõe investigação e interpretação. A reportagem visa atender a necessidade de ampliar os fatos para uma dimensão contextual e colocar para o receptor uma compreensão de maior alcance. Esse objetivo é melhor atingido na prática do livro-reportagem, que oferece ao seu autor uma dose considerável de liberdade para superar os padrões e fórmulas convencionais do tratamento da notícia.

Os dados sobre Índices de Desenvolvimento Humano são noticiados pela mídia tradicional quando as pesquisas são divulgadas pelos órgãos oficiais, e podem ser acessados facilmente, por qualquer pessoa, a partir de sites e relatórios, que são comumente abordados pela mídia tradicional. No entanto, os meios de comunicação limitam -se à divulgação de dados, não abrangendo a análise e discussão desses dados.

O livro-reportagem abre a possibilidade para uma análise mais crítica e desdobramentos maiores sobre os dados. Já que tem forma livre e não está preso ao tempo de pesquisa normal da imprensa periódica, no livro pode-se ultrapassar a fronteira da divulgação dos dados, e discutir, com maior profundidade, a relevância desses números, sua veracidade, e todas as questões mais amplas que os envolvem, como as desigualdades.

Uma das grandes deficiências das mídias tradicionais é o fato de se inserirem em uma lógica de sobrevivência financeira, alimentada por verbas publicitárias e orientada a ganhar terreno diante da concorrência. O espaço publicitário afunila o espaço da reportagem, que se reduz e se sintetiza, respeitando o tradicional esquema da pirâmide invertida, com as informações consideradas mais importantes no topo do relato. Já de maneira radicalmente oposta, o livro-reportagem tem autonomia de extensão e conteúdo.

De acordo com seus objetivos particulares e a natureza do tema abordado, o livro-reportagem pode assumir diferentes aspectos. Lima (2004) propôs uma classificação de suas variantes e identificou 13 tipos de livros-reportagem, porém, convém ressaltar que podem ser encontradas outras variações. São elas: livro-reportagem-perfil, livro-reportagem-depoimento, livro-reportagem-retrato, livro-reportagem-ciência, livro-reportagem-ambiente, livro-reportagem-história, livro-reportagem-nova consciência, livro-reportagem-instantâneo ou da história imediata, livro-reportagem-atualidade, livro-reportagem-antologia, livro-reportagem-denúncia, livro-reportagem-ensaio e livro-reportagem-viagem.

Desenvolvimento Humano: a realidade além dos números é um livro-reportagem que tem características de três dessas 13 variáveis, podendo ser classificado como livro-reportagem-perfil, porque traz nove perfis de pessoas anônimas, mas que representam parcelas distintas da população da cidade de Bauru; livro-reportagem-retrato, porque focaliza uma região geográfica, no caso Bauru, para traçar o retrato do objeto em questão (situação quanto à renda, saúde, educação, história) e livro-reportagem-atualidade, porque faz uso de um tema de maior magnitude (no caso o Índice de Desenvolvimento Humano) e perenidade no tempo, cujos desdobramentos finais não são conhecidos, identificando as forças em conflito e projetando tendências possíveis de desfecho.

8. PROJETO DO LIVRO REPORTAGEM

ORÇAMENTO DO PROJETO		
Itens	Especificação	Custo
	Combustível	R\$ 150,00
01	Diagramação	R\$ 800,00
10	Impressão do livro	R\$ 500,00
	TOTAL	R\$ 1450,00

Dados do livro:

- Formato: 14 x 21 cm;
- Mancha: 9,7 x 5,47 cm;
- Tipologia: Minion Pro;

- Papel: Miolo do livro - Off set 75g
- Papel: Capa do livro – Supremo 250g/m²
- Projeto Gráfico, Diagramação e Produção da Capa: Dé Guimarães (gimaranes@gmail.com);
- Fotos: todas tiradas pelas autoras do livro;
- Tabelas e Gráficos: Todos feitos pelas autoras do livro a partir de dados oficiais coletados;

O formato do livro e o papel usado tanto no miolo, quanto na capa foram escolhidos por serem o tamanho e os papéis mais comumente usados para a impressão de livros-reportagem e com custos razoáveis. A tipografia escolhida, Minion Pro, também é muito usada em livros, por facilitar a leitura.

9. DIÁRIO DE CAMPO

JUNHO

- Foi definido o tema principal e os subtemas de que o livro iria tratar, além de que o livro seria dividido em três partes principais: Parte I - Os Dados, Parte II - Os Especialistas e Parte III – Os Personagens;
- Foram definidas as datas para o cumprimento de cada etapa de criação do livro;
- Foi feito o pré-projeto do trabalho e a primeira pesquisa de referências bibliográficas e possíveis fontes.

JULHO

- Foi feito contato (por email e por telefone) com as fontes de pesquisas oficiais, como Ministério da Educação do Estado de São Paulo, Ministério de Trabalho, Secretaria de Saúde de Estado de São Paulo, entre outros, para o levantamento de dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano e outros índices que compõem a Parte I do livro;
- Foram contatadas todas as fontes oficiais da cidade de Bauru, para agendamento das entrevistas que seriam realizadas pessoalmente, como: Prefeito de Bauru Rodrigo Agostinho, Vereadores de Bauru como Chiara Ranieri, Roque Ferreira, Secretarias da Saúde, Educação e Bem-Estar Social, entre outros, para levantamento dos dados e situação sobre a cidade de Bauru, no que diz respeito à saúde, educação e renda;
- Foram fichados alguns dos livros e artigos necessários para a elaboração do livro reportagem.

AGOSTO

- Foram feitas todas as entrevistas com as fontes oficiais da cidade de Bauru;
- Foram contatadas prováveis pessoas da população da cidade de Bauru, para a elaboração dos nove perfis que constam no livro-reportagem;
- Foram feitas as entrevistas com as pessoas contatadas e feita à escolha dos perfis que iriam para o livro-reportagem.

SETEMBRO

- Foi redigida a Parte I do livro, que corresponde aos dados sobre do Índice de Desenvolvimento Humano, outros índices, desigualdades sociais (causas e consequências), políticas públicas, direito à informação e cobertura das mídias tradicionais;
- Foram feitas entrevistas com especialistas para a elaboração da Parte II do livro.

OUTUBRO

- Foi elaborada a Parte II do livro, que mostra a opinião de especialistas sobre os dados divulgados na Parte I do livro;
- Foram feitos orçamentos com diagramadores e gráficas para a diagramação e impressão do livro;
- Foi elaborada a Parte III do livro, que contém nove perfis, de nove pessoas e/ou famílias da cidade de Bauru;
- Foram elaborados os itens que faltavam do livro como: prefácio, apresentação, sumário e bibliografia;
- Foi escolhido o nome do livro-reportagem: “Desenvolvimento Humano: a realidade além dos números”;
- Foi elaborada a capa do livro;
- Foi enviado o livro-reportagem para a diagramação;

NOVEMBRO

- Foi feito o relatório do livro;
- Foi feita a impressão de 10 cópias do livro-reportagem.

10. IMPRESSÕES E EXPERIÊNCIAS

Desde que decidimos nosso tema de estudo e como ele seria apresentado alguns desafios surgiram. O primeiro deles foi focar nosso tema, uma vez que vários conceitos estão diretamente ou indiretamente ligados ao Desenvolvimento Humano, a leitura de artigos e textos nos ajudou a focar o assunto naquilo que de fato era possível abordar em nosso livro, considerando sempre algumas limitações, como o curto período de tempo para a elaboração do trabalho. Depois disso, a coleta de dados foi uma etapa bastante difícil, já que tivemos que contar com a colaboração de assessorias de imprensa não sempre dispostas a ajudar.

Além da dificuldade de reunir os dados e índices, muitos números recentes ainda não foram divulgados, por essa razão nem todos os dados utilizados no trabalho são do mesmo ano, o que em parte dificulta a visualização do problema como um todo. Ainda assim, sempre indicamos de onde e quanto os dados são referentes.

Para a parte II do livro, foram realizadas em média 40 entrevistas, cerca de 30 horas de gravação, que passaram pelo processo de decupagem e edição de conteúdo. Algumas das entrevistas não foram utilizadas nas citações, mas todas foram de extrema importância para que pudéssemos de fato entender conceitos complexos que fazem parte do texto.

A parte III foi a mais difícil e ao mesmo tempo a mais prazerosa. Começamos a contatar possíveis personagens sem, de fato, termos a certeza de como essas histórias estariam presentes no livro. Primeiro fizemos contato com as pessoas que representam aqueles que estão abaixo do índice. Esses foram mais fáceis de encontrar e nos contavam suas vidas até com certa intimidade. Depois, na seleção dos personagens que vivem dentro da média do índice e acima dela, escutamos muitos “não”, e batemos de porta em porta em bairros ricos da cidade atrás de personagens. Neste momento o desafio foi encontrar pessoas dispostas a contar suas vidas a duas garotas desconhecidas e cheias de perguntas. E para nossa surpresa: todos tinham histórias lindas para contar!

Encontramos pessoas maravilhosas e, na maioria das vezes, realizamos pelo menos dois contatos com os entrevistados, para que eles se sentissem mais à vontade para contar sobre suas vidas. A primeira entrevista foi realizada com a dona Maria Aparecida da Silva, que começou a chorar logo nos primeiros minutos de entrevista e nos deixou certas da responsabilidade que tínhamos, a partir daquele momento, em contar aquelas histórias.

Encontrar e reecontrar todos os personagens foi uma experiência inesquecível. Em cada casa fomos recebidos de uma maneira, algumas vezes com certo desconforto e insegurança, mas sempre

muito bem recebidas. Alguns foram menos tímidos e nos ofereceram cerveja, outros frutas tiradas do pé, algumas prazerosas conversas foram feitas com o gravador desligado, indicando que aquilo era mais que uma entrevista. Tentamos sempre ter nosso objetivo claro e um guia de possíveis perguntas, que por vezes deixou de ser seguido, já que as histórias superaram qualquer expectativa.

Tivemos a oportunidade de conhecer pessoas que talvez não encontrássemos não fosse este trabalho. Quando teríamos a oportunidade de acompanhar uma cirurgia não fosse o convite de um dos entrevistados? Como diria Millôr Fernandes: “Como são admiráveis as pessoas que nós não conhecemos bem!”. Admiração: é a palavra que define nosso sentimento pelas pessoas que colaboraram com nosso trabalho das mais diferentes maneiras.

Quebramos preconceitos, aprendemos muito e nos esforçamos ao máximo para que este trabalho seja não um retrato da realidade, mas uma parte dele que foi observado por duas jornalistas tão inexperientes quanto inquietas.

O projeto nos possibilitou viver as experiências cotidianas da prática jornalística, desde as técnicas e os conhecimentos colocados em prática até a defrontação de problemas no cotidiano dos profissionais mais nobres do jornalismo: os repórteres. Com certeza saímos dessa experiência não prontas, mas sim certas de que há muito para aprender e fazer, crescidas pessoal e profissionalmente. E que venham muitos outros desafios pela frente!

BIBLIOGRAFIA

- CANELA, G. A cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate. In *Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª edição. Editora Brasiliense, 1996.
- GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GENTILLI, V. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a comunicação. *Revista Famecos*, 2008.
- HENRIQUES, R. *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.
- KOWARICK, L. *Viver em Risco – Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. 1ª edição. Editora 34, 2009.
- LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Editora Record, 2003.

- LIMA, E.P. *Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. 4ª Edição. Editora Manole, 2004.
- MARICATO, E. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 5ª ed. 2005.
- MEDINA, C. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2008.
- MIGUEL, L. F. *Os meios de comunicação e a prática política*. Lua Nova. N. 55, 56, 2002.
- PARDINI, M. B. Um problema de 500 anos. IN: *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8 ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. A. C. (org.) *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004.
- ROTHBERG, D. Jornalismo e informação para democracia: parâmetros de crítica de mídia. In CHRISTOFOLETTI, R. (org) *Vitrine e Vidraça*. Labcom Books, 2010.
- SAWAIA, B. (coord). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8ª ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SOUZA C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 20 a 45, 2006.
- VICENTE. C. M. Garantindo os direitos da infância. In: CANELA, G. (org) *Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.
- VILAS BOAS, S. *Perfis e como escrevê-los*. São Paulo: Summus, 2003.
- VIVARTA, V. (coord.). *Que país é este?: pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano & social no foco da imprensa brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003.

ARTIGOS

- BARROS, R. P. HENRIQUES, R. MENDONÇA, R.. *A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0800.pdf. Acessado em: 10 de Julho de 2012.
- COHN, A. *As políticas sociais do governo FHC*. São Paulo. 2000. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v112/as_politicas.pdf. Acessado em: 12 de Agosto de 2012.

SPOSATTI, A. *Mapa da Exclusão/Inclusão na cidade de São Paulo*. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/oficinas/mapa2000.pdf>. Acessado em: 12 de Agosto de 2012.

TRAVASSOS, C. VIACAVA, F. FERNANDES, C. ALMEIDA, C. M. *Desigualdades geográficas e sociais na utilização de serviços de saúde no Brasil*. Ciênc. saúde coletiva vol.5. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000100012&script=sci_arttext. Acessado em: 14 de Agosto de 2012.

SITES

Constituição Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 24 de Setembro de 2012.

Fundação SEADE. Disponível em: www.seade.org.br. Acessado em: 25 de Agosto de 2012.

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Disponível em: <http://www.seade.gov.br/projetos/ipvs/>. Acessado em: 14 de Outubro de 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em: 03 de Outubro de 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Disponível em: www.mds.gov.br. Acessado em: 03 de Outubro de 2012.

Ministério da Educação (MEC). Disponível em: www.mec.gov.br. Acessado em: 04 de Setembro de 2012.

Ministério de Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em: www.mte.gov.br. Acessado em: 02 de Outubro de 2012.

Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: www.onu.org.br. Acessado em: 25 de Julho de 2012.

Portal Transparência do Governo Federal. Disponível em: www.portaltransparencia.gov.br. Acessado em: 03 de Outubro de 2012.

Prefeitura Municipal de Bauru. Disponível em: www.bauru.sp.gov.br. Acessado em: 11 de Agosto de 2012.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: www.pnud.org.br. Acessado em: 23 de Julho de 2012.

ENTREVISTAS

BASSETTO, C. R. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 09 de Setembro de 2012.

CAFEO, R. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 01 de Outubro de 2012.

CANTELLI, C. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 03 de Setembro de 2012.

CAPUTO, M. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 03 de Setembro de 2012.

DAIBEM, I. M. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 17 de Setembro de 2012.

FERREIRA, R. A. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 11 de Setembro de 2012.

FONSECA, A. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 01 de Setembro de 2012.

GAZZETTA, C. A. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 10 de Setembro de 2012.

LEITE, P. V. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 02 de Setembro de 2012.

LOSNAK, C. J. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 14 de Outubro de 2012.

MENDONÇA, R. A. A. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 12 de Setembro de 2012.

NAPOLITANO, C. J. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 13 de Outubro de 2012.

OLIVEIRA, T. C. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 04 de Setembro de 2012.

PAULA, A. G. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 16 de Setembro de 2012.

PAULA, R. G. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 16 de Setembro de 2012.

RANIERI, J. A. V. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 06 de Setembro de 2012.

ROTHBERG, D. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 13 de Outubro de 2012.

SEGALLA, J. R. M.. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 12 de Setembro de 2012.

SILVA, M. A. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 02 de Setenbro de 2012.

SILVA, S. C.. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 23 de Outubro de 2012.

SOARES, M. C. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 15 de Outubro de 2012.

VICENTE, M. M. Entrevista cedida para Aline Camargo e Brunara Ascêncio, no dia 14 de Outubro de 2012.